

Saídas para a dívida é tema de conferência

São Paulo — O mercado financeiro internacional precisa passar por uma redefinição e isso não é assunto apenas para os economistas. Aliados a eles, cientistas políticos e juristas analisarão o polêmico tema durante quatro dias na Conferência Internacional sobre Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento, que será realizada em São Paulo a partir deste domingo, com participação de especialistas de vários países e alguns dos países do Plano Cruzado. O encontro pretende elaborar alternativas para a redução da dívida e propor uma reformulação do FMI e do Banco Mundial ou criação de novas instituições para evitar que situações de superendividamento voltem a ocorrer no futuro.

— O problema da dívida externa não se restringe apenas à sua renegociação. A discussão passa, necessariamente, por uma redefinição do mercado financeiro internacional, o que será visto na conferência, sob os ângulos jurídico, político e econômico — afirmou, ontem, o professor Paul Singer, membro do Cebrap-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que patrocina o encontro ao lado das associações brasileiras e internacional de juristas democratas.

Junto de especialistas estrangeiros como Albert Fishlow, William Cline e Cheryl Payer, dos Estados Unidos, Ricardo Parboni, da Itália, e Michel Aglietta, da França, estarão debatendo o assunto Luiz Gonzaga Belluzzo, Périco Arida e o senador eleito pelo PMDB, Fernando Henrique Cardoso.

Durante os quatro dias, serão realizadas mesas-redondas, no Centro de Convenções Rebouças. Duas comissões recolherão os resultados dos debates e formularão propos-

tas de resoluções a serem submetidas ao plenário no encerramento da conferência. A primeira comissão tratará especificamente do problema da dívida externa, sua situação e alternativas, e a segunda, analisará os aspectos institucionais, propondo mecanismos para a criação ou reformulação das instituições financeiras internacionais.

O advogado Samuel Macdowell de Figueiredo, representante dos Juristas Democratas do Brasil, adiantou que a entidade defende a integração dos países devedores num só bloco e que a flutuação das taxas de juros sejam desvinculadas da variação cambial do dólar. "Mas isso não é precondicionante na conferência, porque o que estamos propondo é um amplo debate com as diferentes opiniões que estarão à mesa", considerou. No aspecto jurídico da questão, segundo Macdowell, serão discutidas ainda as dívidas contraídas por governos considerados e que violam a constituição de seus países, além das comissões pagas aos banqueiros. Outro assunto que deverá ser colocado em pauta é a legitimidade dos contratos de empréstimos onde taxação dos juros ficam a critério apenas do credor.

O professor Paul Singer considerou positiva uma eventual suspensão do pagamento de juros pelo Brasil, se a pausa for usada para se trabalhar uma solução de fundo para o problema de nossa dívida externa.

Circunstancialmente, temos condições de suspender o pagamento, já que nossos credores hoje não têm muitas armas nem instrumentos para nos pressionar e não tivermos problemas de déficit comercial. A única represália é negar crédito, mas isso eles já estão fazendo — observou.